CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE-nº 1882/74

Interessado:- Banco do Estado de São Paulo S/A - Capital

Assunto:- Possibilidade de ser dispensada a exigência preconizada no paragrafo único do art. 7º, combinado com o § único do art. 11, do Decreto nº 47432/66, relativamente à comprovação de escolaridade dos servidores do Banco do Estado de São Paulo S/A, para fins de expedição do Certificado de Quitação.

Relator - Cons. Oswaldo A. Bandeira de Mello

Parecer nº 1087/75 - CLN - Aprov. em 9/4/75

I - HISTÓRICO:

Consulta a Direção do Banco do Estado de São Paulo S/A à Secretaria da Educação sobre possibilidade de ser dispensada a exigência preconizada no § único do Art. 7º, combinado com o § único, do Art. 11, do Decreto nº 47432/66, relativamente à comprovação de escolaridade dos servidores daquele Estabelecimento, para fins de expedição do Certificado de Quitação. Em pronunciando-se à respeito, a Coordenadoria do Ensino Básico e Normal se manifestou contrária a respeito da pretensão envolta na consulta. A interessada argumenta em favor da dispensa, isso ante a circunstância de que os seus servidores são admitidos mediante concurso, nos/se exige a comprovação e conclusão do Curso Secundário, conforme edital de convocação dos candidatos para ele.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

Para melhor clareza do assunto abordado no presente processo, preliminarmente transcrevo os textos a ele referentes. Dispõe o art. 11 e o respectivo § único, do Decreto 47432/66:

Artigo 11:- "O número de empregados pára os quais a empresa em cada ano deverá ministrar ou manter ensino primário supletivo, será verificado até 31 de dezembro do ano anterior, em face da relação prevista no artigo 360, da Consolidação das Leis do Trabalho".

§ único:-" Para os efeitos do disposto neste artigo, serão considerados todos os empregados da empresa, que não façam prova de haver recebido instrução primária completa ou satisfatória, qualquer que seja a sua idade, a forma de admissão, o regime de trabalho e a modalidade de remuneração."

Observo de passagem, o art. 7º do citado Decreto-Lei não possui parágrafo único. Portanto o requerente quando se refere na sua petição ao § único do art. 7º certamente, pretendia se reportar ao § único do art, 6º. O art. 7º está vasado nestes termos:

Art. 7º - "As empresas atenderão aos preceitos legais referidos no art. 6º em relação a todos os seus empregados que tenham concluído o curso primário, podendo, para este fim, recorrer a um dos seguintes meios:

I- manutenção, às próprias expensas, por si ou em colaboração com outras empresas, de escola própria de ensino primário supletivo;

II- concessão de bolsas de estudo em escolas de ensino primário supletivo instituídas pela iniciativa privada;

III- contribuição para o desenvolvimento do ensino primário mantido pelo Estado."

Por seu turno o Art. 6º a que reporta o art. 7º diz o seguinte:

Art. 6º:- As empresas industriais, comerciais e agrícolas, que empreguem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores, nos termos do art. 31 da Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, e o art. 7º § único da Lei nº 4440, de 27/10/64.

§ único:- As empresas de que trata este artigo deverão fazer prova do cumprimento da citado exigência le-

gal, a fim de que possam:

"a) participar de concorrência pública e de coletas de preços ou transacionar com os órgãos da Administração do Estado autarquias ou entidades de economia mista de que o Estado seja portador da maioria das ações;

b) requerer, pleitear ou receber financiamentos, favores, benefícios ou quaisquer auxílios de órgãos ou entidades referidas na alínea anterior."

Pelas transcrições feitas se verifica que o texto invocado pelo Banco interessado não diz respeito à dispensa de comprovação de escolaridade dos seus servidores, e sim o paragrafo único do art. 6º combinado com o § único do art, 11,

O texto que se refere a esse assunto é o § único do art. 11. por esse dispositivo se lê como salientado pelo parecer da Coordenadoria do Ensino Básico e Normal, a fls. 23/24 do processado:

"1. A empresa BANCO DO ESTUDO DE SÃO PAULO S/A, estabelecida com sede nesta Capital, em seus ofícios datado de 03 e 12/06/74, solicitu-nos, para fins de expedição do Certificado de Quitação, a dispensa da comprovação de escolaridade de seus servidores, cuja exigência está preconizada no § único do art. 11, do Decreto nº 47432, de 27/12/66".

Por outro lado, como ainda salienta este mencionado parecer, a fls. 24 "as escolas são as únicas entidades competentes para declarar a comprovação hábil de escolaridade." Logo, editais de concursos e normas para a inscrição de candidatos, nesta ou em qualquer outra empresa, são elementos insuficientes para produzir os efeitos do parágrafo único do artigo 11 do Decreto 47432/66, porque nada dizem sobre a escolaridade de cada servidor, como também a execussão e o julgamento das provas realizadas nos concursos bancários não foram atividades submetidas à inspeção das autoridades do ensino"

Por conseguinte, se me afigura inteiramente procedente a conclusão do

parecer em referência contrário à preterição do Banco.

III - CONCLUSÃO:

Opino, sob o aspecto estritamente jurídico, não ser possível atender-se a pretensão do BANESPA em ser dispensado da comprovação de escolaridade de seus servidores, cuja exigência está preconizada no parágrafo único do art. II, do Decreto nº 47432/66, de 27/12/66.

São Paulo, 14 de março de 1975.

a) Conselheiro OSVALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO - Relator.

III - DECISÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS, adota como seu Parecer o Voto do nobre Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Antônio Delorenzo Neto, Oswaldo A. Bandeira de Mello e Olavo Baptista Filho e Paulo Gomes Romeo.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975

a) Cons. Alpínolo Lopes Casali - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 9 de abril de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente